



Vol. 4 - Nº 7 - Jan./jun. 2009

p. 147-162

HISTÓRIA POLÍTICA: O ESTUDO HISTORIOGRÁFICO DO PODER, DOS MICROPODERES, DO DISCURSO E DO IMAGINÁRIO POLÍTICO

José D'Assunção Barros¹ - UFF

Resumo: Este artigo busca esclarecer e discutir alguns aspectos relacionados à Nova História Política que se tem afirmado progressivamente ao longo do século XX. A História Política é apresentada, inicialmente, como a modalidade da história que se organiza em torno do conceito de “Poder”, cumprindo observar que foi precisamente a expansão e o enriquecimento desse conceito o que permitiu uma ampliação de objetos e de interesses por parte dos historiadores políticos. Uma especial ênfase será atribuída à compreensão das relações entre Poder e Discurso, buscando-se perceber como, a partir dessa conexão, têm sido abertas novas perspectivas no âmbito da mais recente História Política.

Palavras-chave: História política. Poder. Discurso. Imaginário político.

THE HISTORIOGRAPHICAL STUDY OF THE POWER, OF THE MICROPOWERS, OF THE
SPEECH AND OF THE POLITICAL IMAGINARY

Abstract: This article attempts to discuss some aspects related to the New Political History that have been increased in the XX century. The Political History is presented, initially, as a modality of history that is organized around the concept of “Power”, attempting to the fact that it was precisely the expansion and enrichment of this concept that allowed an enlargement of the interests and objects of study by political historians. A special emphasis will be given to understanding the relationship between power and discourse, searching to perceive how, according to this connection, new perspectives have been opened in the most recent Political History.

Keywords: Political history. Power. Discourse. Political imaginary.

1. HISTÓRIA E PODER: CONSTITUIÇÃO DE UM CAMPO DE ESTUDOS

Política e Poder, é quase um truísmo dizer, são indissociáveis. Por outro lado, tanto a Política – campo de expressão por excelência do Poder nos seus âmbitos mais tradicionais – como o Poder em seu sentido mais amplo (o que inclui

toda uma diversidade de setores da vida social e das atividades humanas nas quais tal noção se aplica de maneira imperiosa) são igualmente indissociáveis da História. A Política, em sentido mais restrito, e o Poder, em sentido mais amplo, são construídos, percebidos, exercidos, apropriados, imaginados e discursados de modos diferenciados ao longo da História. Nada mais natural é do que, diante do incessante fluxo da História no que tange às múltiplas perspectivas sobre o Poder que vão surgindo e se desenvolvendo, também tenha se afirmado no seio da historiografia um campo mais específico de estudos, também em permanente transformação: a História Política.

É precisamente no âmbito desse campo de estudos historiográficos que, nas décadas recentes, tanto no Brasil como nos círculos historiográficos internacionais, tem crescido o interesse em se rediscutir o Poder, a Política e a própria História Política com relação aos seus paradigmas, questões conceituais e procedimentos metodológicos. O interesse facilmente se explica. Se a partir da terceira década do século XX se impuseram como campos preferenciais vitoriosos na historiografia ocidental alguns modos de pensar e realizar a História que pareciam relegar para segundo plano a História Política – na verdade uma velha História Política que fora tão típica do século XIX –, já nas décadas recentes a historiografia ocidental se viu partilhada por uma diversidade muito maior de modalidades e de abordagens históricas, algumas novas, outras renovadas. Em um mundo contemporâneo no qual tem se tornado cada vez mais clara a multiplicidade de poderes de todos os tipos que envolvem a vida social e individual, da coerção ou planificação governamental mais direta às sutis formas de propaganda subliminares, a História Política viu-se sensivelmente renovada nesse novo rearranjo de modalidades históricas. Trata-se, contudo, muito mais de um desenvolvimento lógico e estrutural da Historiografia e de sua inserção no contexto da história recente, do que de uma simples moda historiográfica que retorna para compensar seus anos de relativo eclipse.

Será oportuno, inicialmente, considerar a própria inserção da História Política no quadro da multiplicação de modalidades historiográficas nos dias de hoje. Dentro do vasto campo de modalidades da História que hoje abrigam os enfoques e os fazeres historiográficos – e que vão de categorias mais recentes como a *Micro-História* e a *História do Imaginário* até categorias já tradicionais como a *História Econômica* e a *História Demográfica* – existem algumas modalidades que se definem a partir de uma peculiaridade bem interessante. Elas são atravessadas por uma palavra apenas, que parece iluminar de maneira especial cada um dos seus diversos caminhos internos. Entre outras possíveis, podemos lembrar as noções de “Cultura”, “População”, “Poder”, a partir das quais teremos modalidades historiográficas muito específicas como a *História Cultural*, a *História Demográfica*, a *História Política*. Dentre essas modalidades historiográficas que são iluminadas em seu espectro de possibilidades internas por uma noção fundamental, a *História Política* ocupa um lugar bastante especial por razões que já discutiremos. Por trás da História Política

– de qualquer história política, das antigas às novas possibilidades – está uma palavra apenas, ou um aspecto, que ocupa o papel de centro de gravidade de todos os fazeres e abordagens históricas que se abrigam sob esta categoria. A palavra “poder” rege os caminhos internos da História Política da mesma maneira que a palavra “cultura” rege os caminhos internos da História Cultural, ou que a palavra “imagem” erige-se como horizonte fundamental para a História do Imaginário.

“Poder”, como “cultura”, é, entretanto, uma palavra complexa, polissêmica, que se abre como campo de disputas para múltiplos sentidos e como objeto para multidiversificadas apropriações. Temos aqui palavras que são verdadeiros espelhos de muitas faces, que se transfiguram conforme os seus usos ou as intenções que as animam, que se transformam, que se comprimem ou se alargam ao longo da sua história léxica. A palavra “poder” é como uma armadura que se tem oferecido para muitas batalhas historiográficas, verdadeira arena que estimula confrontos internos dos quais podem emergir vencedores, neste ou naquele momento, alguns sentidos mais específicos ou mais abrangentes. Será, portanto, necessário examiná-la tendo em vista as várias nuances internas que essa palavra torna possíveis.

Entre outros aspectos a serem oportunamente considerados, o que esteve em jogo na passagem de uma tradicional História Política, tal como ela era elaborada no século XIX, a uma Nova História Política que terá o seu momento de especial intensidade a partir das últimas décadas do século XX, foi de fato um conjunto profundas mutações e disputas que se deram no interior da palavra “poder” ou através dos complexos desenvolvimentos históricos de sua compreensão pela comunidade científica. Da mesma maneira que a noção de “cultura” foi beneficiada por expansões que passaram a considerar, de modo cada vez mais evidente, que cultura deveria ser entendida em sentido mais amplo, não se referindo apenas à “alta cultura” das elites, também a palavra “poder” beneficiou-se de um movimento análogo de expansão.

“Poder” não seria apenas aquele que, na ótica dos historiadores e pensadores políticos do século XIX, emanava sempre do Estado ou das grandes Instituições – ou que a estes podia se confrontar através de revoluções capazes de destronar um rei e impor uma nova ordem igualmente centralizada – e nem seria apenas aquele poder que, de resto, se mostrava exercido fundamentalmente pelos personagens que ocupavam lugar de destaque nos quadros governamentais, institucionais e militares das várias nações-estados. “Poder” – de acordo com uma nova ótica que foi se impondo gradualmente – é aquilo que exercemos também na nossa vida cotidiana, uns sobre os outros, como membros de uma família, de uma vizinhança ou de uma comunidade falante. “Poder” é o que exercemos através das palavras ou das imagens, através dos modos de comportamento, dos preconceitos.

O “Poder” apresenta-se a todo instante neste imenso teatro social no qual todos ocupamos simultaneamente a função de atores e de espectadores – daí que se possa falar hoje em um “teatro do poder” quando examinamos a política nas várias épocas históricas. Poder, no decurso de uma série de novas lutas políticas e

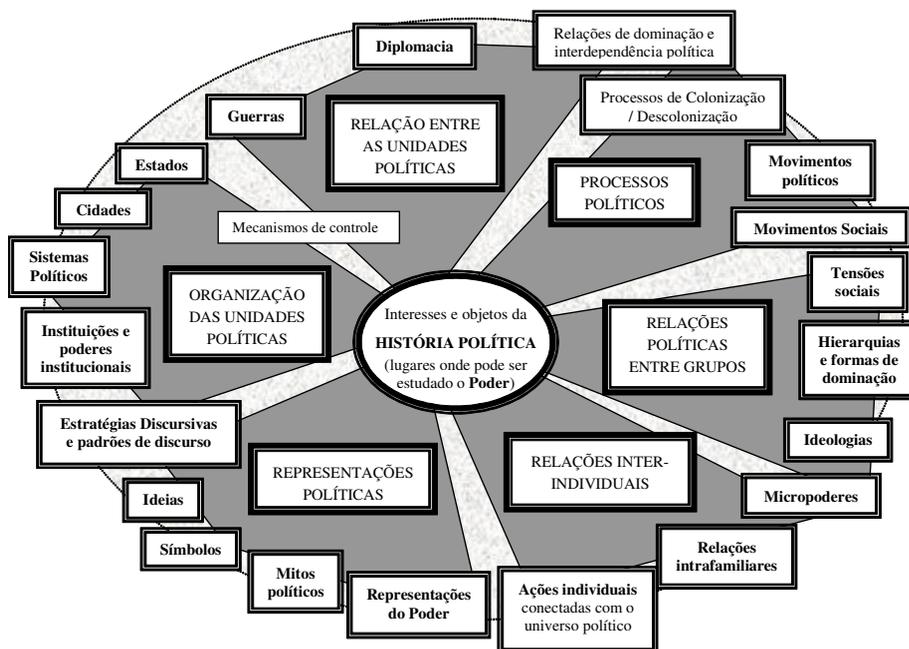
sociais que redefiniram radicalmente a sociedade em que vivemos, é aquilo que os homens aprenderam a reconhecer nas mulheres, que as maiorias aprenderam a reconhecer nas minorias, que o mundo da ordem aprendeu a reconhecer na marginalidade, que os adultos aprenderam a reconhecer nos mais jovens. Essa compreensão mais abrangente da noção de “poder” redefine, obviamente, os sentidos para o que se deve entender por História Política.

Redefinida dessa maneira, os objetos da História Política são todos aqueles que se mostram atravessados pela noção de “poder” em todas as direções e sentidos, e não mais exclusivamente de uma perspectiva da centralidade estatal ou da imposição dos grupos dominantes de uma sociedade. Neste sentido, teremos, de um lado, aqueles antigos enfoques da História Política tradicional que, apesar de terem sido rejeitados pela historiografia mais moderna a partir dos anos 1930 (Escola dos *Annales* e novos marxismos), com as últimas décadas do século XX começaram a retornar dotados de um novo sentido. A Guerra, a Diplomacia, as Instituições, ou até mesmo a trajetória política dos indivíduos que ocuparam lugares privilegiados na organização do poder – tudo isto começa a retornar a partir do final do último século com um novo interesse.

De outro lado, além desses objetos já tradicionais que se referem às relações entre as grandes unidades políticas e aos modos de organização dessas macro-unidades políticas que são os Estados e as Instituições, adquirem especial destaque, por exemplo, as relações políticas entre grupos sociais de diversos tipos. A rigor, as ‘ideologias’ e os movimentos sociais e políticos (por exemplo, as Revoluções) sempre constituíram pontos de especial interesse por parte da nova historiografia que se inicia com o século XX, mesmo porque estes eram campos de interesses muito caros à nova História Social que estava então se formando. Por outro lado, porém, tal como já ressaltamos, hoje despertam um interesse análogo as relações interindividuais (micropoderes, relações de poder no interior da família, relacionamentos intergrupais), bem como o campo das representações políticas, dos símbolos, dos mitos políticos, do teatro do poder, ou do *discurso*.

O Quadro a seguir – destinado a ilustrar a complexidade de campos de interesse que podem ser abarcados por uma História Política amparada em uma noção de Poder mais abrangente – busca registrar uma gama bastante diversificada de objetos que se relacionam com macropoderes e micropoderes de todos os tipos.

No hemisfério superior do quadro aparecem os objetos de estudo que eram já tradicionais na velha História Política, e que nem por isso deixam de ser hoje estudados pelos historiadores, já que são na verdade fundamentais para a compreensão de todas as sociedades históricas. Assim, teremos ali desde os interesses que se correspondem à ‘organização das unidades políticas’ de todos os tipos e às ‘relações entre estas unidades políticas’, até os ‘processos políticos’ que apontam para a consolidação, desenvolvimento ou transmutação destas unidades e sistemas políticos ou de suas relações externas. Todo um mundo de possibilidades surge



aqui, abrangendo o estudo dos Estados e de outros tipos de unidades de organização política, o estudo dos Sistemas Políticos no sentido mais amplo (Fascismos, Democracias Liberais, Monarquias, etc.), e as relações que se estabelecem entre essas unidades e sistemas através da Guerra, da Diplomacia, e de diversas modalidades de relações de dominação e de interdependência política. Além disso, o estudo dos 'processos' que afetam o mundo político, tal como se disse, era já tradicional aos historiadores que examinavam desde os movimentos sociais e políticos até processos de colonização e de descolonização. A partir daqui, em termos de escolhas temáticas dos historiadores políticos, começamos a entrar no âmbito da historiografia do século XX.

As maiores novidades relativas aos desenvolvimentos recentes da História Política aparecem no hemisfério inferior do quadro. Registra-se, antes de mais nada, a parceria entre História Política e História Social nos estudos que se referem às 'Relações Políticas entre Grupos Sociais'. Foi através desse campo de interesses que a História Política pôde fazer a sua passagem para uma historiografia mais moderna, uma vez que era precisamente esse o campo onde ela não se confrontava propriamente com as novas propostas de uma História Social trazidas pela escola dos Annales e pelos novos marxismos, que foram as vanguardas da virada historiográfica do século XX. Assim, com relação ao estudo das ideologias, das hierarquias e formas de dominação que se dão no interior das várias sociedades históricas, nunca deixou de se atualizar um interesse especial dos historiadores que

queriam renovar a historiografia opondo-se ao padrão factual que havia imperado em boa parte da historiografia do século XIX.

É, porém, nos três setores representados na parte de baixo do quadro proposto que iremos encontrar os novos objetos da História Política que até então não haviam sido imaginados como possibilidades de estudo pelos antigos historiadores políticos. Esses objetos só puderam surgir quando se transmudou a noção de “poder” com a qual até então os historiadores haviam operado. Quando atentaram para o fato de que o Poder não se encontra necessariamente no aparelho estatal e em outras formas de centralidade política, e nem mesmo exclusivamente no seio das classes dominantes, os historiadores políticos começaram a se voltar para o estudo das ‘relações interindividuais’ – da família, das vizinhanças, da vida cotidiana – e também para o estudo dos ‘discursos’ e das ‘representações’. Compreendiam agora, concomitantemente à descoberta de novas possibilidades de objetos de estudo, que o Poder não está necessariamente onde se anuncia, de que esse mesmo poder pode se esconder nas palavras, nas tecnologias de poder relacionadas com a construção de ‘discursos’, na elaboração de diversificados ‘sistemas de representações’, na ‘simbologia política’, no ‘teatro do poder’, no uso de ‘imagens’ de diversos tipos por governantes e por governados, pelos homens nas suas relações de força. Percebia-se que tão importante quanto a Violência armada ou policial era a ‘Violência Simbólica’ – e aqui poderemos falar mais explicitamente de um “poder simbólico” – e que os próprios sistemas educativos podiam estar edificados com vistas à perpetuação dos poderes tradicionais². E, para além disso, percebiam-se agora inúmeras ‘formas de resistência’ para além daquelas que haviam adquirido maior visibilidade histórica através das Revoluções e processos de Independência que já vinham sendo estudados pelos historiadores políticos na sua conexão com a História Social³.

Em muitos dos âmbitos acima citados são evidentes as interfaces da História Política com outros campos historiográficos – como a História Cultural, a História Econômica, a História do Imaginário, ou, sobretudo, a História Social. Para além disso, e de maneira ainda mais característica, são também evidentes – a partir dos novos objetos que se acrescentaram aos objetos já tradicionais da História Política – as interfaces que se produzem entre a História Política e outros saberes como a Antropologia, a Sociologia, a Linguística e a Semiótica. De igual maneira, à medida que a Geografia desenvolveu uma nova noção de *território* ao examinar com novo olhar os *espaços* de que os homens se apropriam, também se fortaleceram interfaces que já existiam entre a História e a Geografia, mas agora mediadas por aspectos bastante relacionados com a História Política.

É nesse campo de interdisciplinaridades que pôde beneficiar os historiadores políticos em seus trabalhos mais recentes que se foi formando, simultaneamente, um novo objeto e um novo quadro conceitual para a História Política. Referimo-nos aos estudos sobre a ‘Cultura Política’, uma área temática onde a História Política e a História Cultural estabelecem fortes conexões e, sobretudo, onde a combi-

nação das perspectivas sociológica, antropológica e psicológica são acrescentadas, de maneira enriquecedora, à perspectiva histórica.

A expressão surge pela primeira vez na década de 60 com Almond e Verba (1963), que estavam diretamente interessados em examinar – no âmbito de estudos políticos sobre a sociedade de massas contemporânea – os aspectos subjetivos relacionados às orientações políticas (KUCHNIR e CARNEIRO, 1999, p. 227). Para tal fim, definiram “cultura política” como “a expressão do sistema político de uma determinada sociedade nas percepções, sentimentos e avaliações de sua população” (ALMOND e VERBA, 1985, p. 53). Desse modo, tal como indicamos no Quadro 1, a “cultura política” é conceito que permite estabelecer uma ponte entre os sistemas políticos propriamente ditos e os aspectos imaginários de uma sociedade, seus rituais, suas práticas, seus discursos, suas representações políticas. Na história política recente, portanto, a operacionalização desse conceito corresponde à possibilidade de incorporar, de modo mais integrado, as perspectivas sociológica, antropológica e psicológica ao estudo dos novos objetos que haviam sido conquistados pela História Política a partir da expansão interna da noção de “poder”.

A esses estudos, historiadores como Jean-François Sirinelli e Serge Bernstein têm se dedicado a eles, não apenas com vistas à constituição de um novo campo temático, como também direcionados para a reelaboração do novo conceito: a Cultura Política. Uma “cultura política”, segundo um ensaio de mesmo nome de autoria de Serge Berstein e datado de 1997 (RIOUX e SIRINELLI, 1998), é um conjunto coerente em que todos os elementos estão em estreita relação uns com os outros, tendo por componentes fundamentais uma ‘base filosófica ou doutrinal’, frequentemente colocada à disposição da maior parte de seus participantes, uma leitura comum do passado histórico, uma visão institucional que se traduz através de uma organização política, uma concepção de sociedade ideal, um discurso codificado com vocabulário próprio, além de ritos e de símbolos que estabelecem um plano de representação para a cultura política em questão. Resumindo, a noção de cultura política aqui se refere ao “conjunto de atitudes, crenças e sentimentos que dão ordem e significado a um processo político, pondo em evidência as regras e pressupostos nos quais se baseia o comportamento de seus atores” (KUCHNIR e CARNEIRO, 1999, p. 227). Realização importante nesse novo campo conceitual e temático foi a obra coletiva coordenada por Berstein e Rudelle sobre *O Modelo Republicano* (1992).

O estudo indicado conduz à reflexão de vários autores sobre uma “cultura política” específica: um Modelo Republicano francês que, relativamente à base filosófica-doutrinal, inscreve-se na linhagem filosófica das Luzes e do Positivismo, no que se refere à identidade histórica, reclama uma herança histórica idealizada na Revolução Francesa, em termo de bases institucionais, produz um sistema político de base parlamentar e, a partir daí, idealiza uma sociedade em que o progresso se estabelece na conexão entre a ação do Estado e o mérito dos indivíduos. Todo esse sistema encontra o seu discurso pontuado por um vocabulário próprio, com ex-

pressões como “cidadão”, encontrando ainda os seus símbolos e mesmo um hino – a Marselhesa. Enfim, tal como assinala Bernstein, o exemplo mostra como uma cultura política articula simultaneamente uma leitura comum do passado e uma projeção do futuro vivida em conjunto (BERSTEIN, 1997, p. 351).

Os estudos de Cultura Política completam, até o momento, uma diversificação inovadora da História Política em relação a possibilidades de novos objetos. Em linhas gerais, temos aí um quadro sintético das novas tendências e dos novos interesses que se relacionam mais francamente com o movimento de expansão que a História Política apresentou no decorrer século XX, e mais particularmente ainda nas suas últimas décadas, de modo a abarcar novos objetos a serem privilegiados pelos historiadores. Será oportuno, a partir da consciência desses novos objetos e da radical transformação que se operou na própria noção de “poder” em uso na história, revisitar a polêmica que se tem estabelecido em torno da consolidação de uma nova História Política. Essa polêmica, naturalmente, vem a mostrar que a própria designação da História Política e o reconhecimento de sua nova posição no seio da historiografia tem sido também um campo de disputas. O poder aqui também se expressa, em um quadro de sutis disputas historiográficas.

2. HISTÓRIA POLÍTICA E DISCURSO

Nossa intenção a partir daqui será a de examinar como a História Política passou a se beneficiar do contato com outro campo que também emergiu com especial vigor no século XX – este que poderemos chamar de uma *História do Discurso* – no sentido de que toma como fontes, a partir de novas leituras e parâmetros inspirados em interdisciplinaridades diversas, os discursos orais e escritos produzidos por cada Sociedade historicamente localizada.

Desde já cumpre observar que as relações entre “poder” e “discurso” constituíram, nas últimas décadas do século XX, um objeto privilegiado não apenas para a História Política, como também para a antropologia política e, relativamente a este último campo, é oportuno lembrar a redefinição de poder proposta por Pierre Clastres em um texto datado originalmente de 1980. O antropólogo observava, em seus estudos etnográficos sobre as sociedades primitivas, que a finalidade do poder não é impor a vontade ou o domínio de um chefe sobre o grupo, mas, sim, de modo a preservar a solidariedade e indivisibilidade social, “expressar o discurso da sociedade sobre ela mesma” (CLASTRES, 1982, p. 108-109). As relações “Poder” e “Discurso” tornaram-se, a partir de redefinições como essa, objeto privilegiado de inúmeras outras reflexões teóricas e filosóficas que transcendem as definições habituais de “poder” relacionadas exclusivamente às imposições do aparelho estatal ou das instituições oficiais de uma determinada sociedade.

Nesse novo e complexo caminho, um ponto fulcral é talvez a obra de Michel

Foucault. Esse filósofo, que, em algumas de suas obras, se fez historiador, foi talvez o primeiro a chamar a atenção de todos, de maneira mais enfática e claramente enunciada, para o fato de que não é a própria sociedade que constitui a realidade a ser estudada, mas, sim, os discursos que ela produz, ou, então, as suas práticas.

Quando um historiador estuda a Roma Antiga, na verdade está estudando o que nos dizem as fontes a respeito da Roma Antiga. Dito de outra forma, está estudando, nesse caso, discursos sobre a Roma Antiga. E estará estudando mais especificamente aqueles documentos da Roma Antiga que chegaram ao nosso tempo e, na verdade, aqueles documentos, dentre estes, que o historiador resolveu constituir como fontes históricas. De alguma maneira, para complicar a questão, poderíamos dizer que a História também é a História dos Discursos dos Historiadores⁴.

A revolução de Michel Foucault no âmbito da História dos Discursos vai mais além, pois o filósofo chama atenção para a necessidade de uma ampliação da noção de discurso. Para além da Ciência, da Literatura e dos objetos culturais produzidos pelos sistemas de pensamento em suas formas mais explícitas, o corpo, a sexualidade, a loucura, a economia ou o Estado são eles mesmos discursos. Discurso será visto ainda como “a ordenação dos objetos [...] e não apenas como grupo de signos, mas como relações de poder” (FOUCAULT, 1972, p. 48-49).

Essas noções fundamentais permitiram ainda uma verdadeira revolução na História Política, pois interligavam a percepção de que o Poder não tem um centro único (isto é, não é apenas uma forma de repressão encaminhada a partir dos mecanismos estatais a serviço de uma classe dominante) e a ideia de que esse Poder, que está por toda a parte, inclusive sob a forma de micropoderes, aparece entranhado em diversas outras relações que coexistem no mundo humano: a família, a sexualidade, a amor, o parentesco, a produção, a comunicação através do uso da língua. Por isso, as relações de poder poderiam ser estudadas por meio de todos esses discursos, que vão do discurso amoroso e da sexualidade às relações expressas no seio da família ou no âmbito da produção.

É interessante notar que essa análise política do discurso tal como é proposta por Foucault sugere que o historiador deva buscar a percepção das relações de poder nos lugares menos previsíveis, menos formalizados, menos anunciados. Esse método genealógico, que busca o poder em todos os pontos da sociedade e não mais nos lugares congelados pelo aparato estatal, vai ao encontro, também, das abordagens que exigirão do historiador que ele desenvolva uma meticulosidade, que passe a cultivar os detalhes, o acidental, aquilo que aparentemente é insignificante, mas que pode, precisamente, compor, com outros elementos, a chave para a compreensão das relações sociais examinadas. Essa atenção ao detalhe e ao acidental é a mesma, também podemos lembrar, que será incorporada pela abordagem historiográfica conhecida como Micro-História.

É também digno de nota o fato de que a concepção de que o Poder está em

toda a parte levou Foucault a acompanhar (e a reintensificar) a extraordinária expansão das fontes utilizadas pelos historiadores do século XX. Todos os tipos de textos serão tomados como objetos (ou meios) pela análise foucaultiana – das memórias dos desajustados (ou considerados desajustados pelos sistemas médicos e punitivos)⁵ até os diários de indivíduos anônimos, os registros criminais, as ordens de prisão, os relatórios médicos, sem desprezar uma documentação já tradicional em sua época, como os tratados políticos e científicos (só que agora examinados não mais como objetos de uma História da Cultura tradicional, e sim como focos onde podem ser percebidas as relações de poder e as tecnologias de poder que se instauram nos discursos).

Não apenas responsável por uma hábil explicitação de que o que se deveria compreender como “discurso” vai muito além da noção habitual atribuída ao termo, Foucault é também um mestre na análise dos discursos propriamente ditos (sejam falados, ou escritos) – o que nos leva de volta às questões já colocadas sobre a inscrição dos lugares de produção e de recepção nos discursos produzidos por uma sociedade. Michel Foucault vai mais além, e pretende identificar os lugares de exclusão, de interdição, de controle que se inscrevem no discurso ou nos sistemas de normas que regem as práticas discursivas. Cumpre retomar *A Ordem do Discurso*, que enuncia claramente a sua hipótese primordial:

[...] em toda sociedade a produção do discurso é ao mesmo tempo controlada, selecionada, organizada e distribuída por certo número de procedimentos que têm por função conjurar seus poderes e perigos, dominar seu acontecimento aleatório, esquivar sua pesada e temível materialidade. (FOUCAULT, 1996, p. 8-9).

Assim, para além de focalizar o discurso como lugar de lutas sociais e de confrontos políticos, ou como um lugar onde se expressam essas lutas e esses confrontos (o que, já de *per se*, abre um verdadeiro leque de possibilidades para os historiadores do discurso em todas as especialidades), Foucault chama atenção para o fato de que o próprio discurso pode ser também aquilo por que se luta⁶. Daí a sua preocupação em examinar os mecanismos de interdição que se afirmam nas práticas discursivas de uma sociedade – seja através dos objetos permitidos e proibidos (não se tem o direito de dizer tudo), dos rituais de circunstância (não se pode falar de tudo em qualquer circunstância), ou dos direitos diferenciados atribuídos aos sujeitos que falam (quem pode dizer o quê, sem sofrer a reprovação social ou até uma punição).

Analisar um discurso em toda a sua complexidade, portanto, envolve muitas e muitas coisas: desde as técnicas que visam enxergar a sociedade através do discurso, até as técnicas que visam enxergar os modos pelos quais a sociedade se apodera dos discursos. Trabalhar com o texto, conforme pode ser percebido, é muito mais difícil do que habitualmente parece. E o historiador deve seguir adiante na sofisticação de seus métodos de decifração do texto. Esta é uma de suas sinas,

desde Heródoto.

Para finalizar este bloco, ressaltaremos que a História do Discurso – com contribuições as mais variadas que não poderão ser todas descritas aqui – deve ser vista (ou foi vista aqui) como um campo complexo relacionado ao ‘tratamento qualitativo de fontes textuais’. É, porém, bom lembrar também que se pode falar em um “discurso iconográfico”, e que os semiólogos e urbanistas têm examinado a própria Cidade, em sua complexidade, como um texto que pode ser lido. No fundo, o campo da História do Discurso é habitado ou visitado, de uma maneira ou de outra, por todos os historiadores. Por isso, muitas vezes, nem se fala nele como “campo”. Para além disso, faz-se notar que muitas das observações que fizemos com relação ao discurso que encontra uma expressão no texto escrito também valeriam para o discurso que é apenas expresso oralmente e que, nesse caso, algumas das implicações aqui discutidas têm beneficiado também o campo da História Oral.

Para além do Discurso, um outro campo que se tem se afirmado como território aberto ao Historiador Político é o do Imaginário. As imagens – que, de algum modo, também constituem um discurso muito singular, seja na sua forma de imagens visuais, de imagens verbais, ou de imagens mentais – também se mostram ao historiador experimentado como arenas através das quais as mais diversas forças se colocam em confronto. Acompanhando as observações que até aqui haviam sido feitas para o discurso textual, as imagens podem ser empunhadas como instrumentos de poder ou então se mostrarem como aquilo mesmo pelo qual se luta. Nesse sentido, será oportuno discutir aqui também as interconexões possíveis entre História do Imaginário e História Política.

Antes de mais nada, cumpre notar que o historiador do Imaginário começa a fazer uma história problematizada quando relaciona as imagens, os símbolos, os mitos e as visões de mundo a questões sociais e políticas de maior interesse – isto é, quando trabalha os elementos do Imaginário não como um fim em si mesmo, mas como elementos para a compreensão da vida social, econômica, política, cultural e religiosa. Longe de oferecer ao historiador apenas um interminável repertório de imagens, o imaginário deve fornecer materiais para o estabelecimento de interconexões diversas. Estão aí as obras de Jacques Le Goff mergulhando nas estruturas sociais através das imagens do Purgatório (LE GOFF, 1990), ou de Georges Duby compreendendo a visão tripartida da sociedade através do Imaginário do Feudalismo (DUBY, 1971).

Um exemplo pioneiro de conexão entre a História Política e a História do Imaginário, que remonta à terceira década do século XX, é a famosa obra em que Marc Bloch estuda *Os Reis Taumaturgos* (Bloch, 1993). O que Bloch está examinan-

do nesse caso é a persistência de um determinado imaginário régio, de uma determinada crença popular em um aspecto muito específico e delineado que seria a capacidade dos reis franceses e ingleses de duas dinastias medievais curarem com um simples toque as “escrófulas” (sintomas visíveis de doenças pouco conhecidas na época). Marc Bloch decifra precisamente a imagem do “rei taumaturgo” e a sua apropriação política, investigando rituais e simbologias que com ela estariam relacionados. Não é, portanto, um modo genérico de sentir o que ele busca rastrear, o que caracterizaria uma obra mais como uma História das Mentalidades do que como uma História do Imaginário, mas, sim, a história de uma crença muito bem delineada e atrelada ao universo político e social de sua época, com base em um imaginário que tem uma história a ser decifrada e que foi se entranhando na maneira medieval de conceber uma realeza que dialoga com a sacralidade.

Tem sido, aliás, um campo bem significativo para os historiadores políticos essa investigação sobre a apropriação política do imaginário religioso, ou, em alguns casos, a constituição de um imaginário político que se entrelaça com um imaginário religioso. Da mesma forma que existe um “imaginário religioso”, cada sociedade desenvolve também o seu “imaginário político”, como aquele que Ernst Kantorowicz estudou em *Os Dois Corpos do Rei* (KANTOROWICZ, 1998). A ideia presente na Inglaterra e na França do Antigo Regime de que o “rei não morre jamais”, ou de que a própria sociedade constitui um “segundo corpo do rei”, pode estar, segundo o historiador polonês, interconectada com um imaginário cristão ao mesmo tempo que com determinadas motivações políticas, percebendo-se aqui uma rede de múltiplas interações a serem desvendadas pelo historiador.

É também oportuno lembrar que um determinado Imaginário Político pode ser, em certos casos, produto de desenvolvimentos de longa duração, adaptando-se a tradições que remontam há séculos, ou, em outros casos, mostrar-se produto de processos históricos circunscritos a curtas durações. Em muitos casos, um circuito de elementos do Imaginário Social pode ser produzido ou apropriado por circunstâncias políticas específicas ou, ainda, mesmo por uma bem calculada arquitetura do poder. Também não são raros os casos em que o Imaginário encontra um leito em determinadas condições sociais, ou que se adapte a certas motivações políticas.

Na Espanha Medieval do século XIII, para dar um exemplo mais recuado, os sábios e juristas do rei Afonso X elaboraram a imagem de que “o rei é a cabeça, o coração e a alma do reino”. Esse imaginário tem muito a ver com a maneira medieval de conceber a sociedade como um organismo (que teria no rei a sua cabeça), mas tem a ver também com uma determinada maneira de governar. Porque não só a cabeça, órgão que comanda de cima, ou só o coração, órgão que rege a vida de dentro, ou só a alma, que está em toda a parte? O que está por trás dessa hábil estratégia de unir essas três imagens em uma única metáfora? Um estudo inserido na História do Imaginário poderia elaborar perguntas desta ordem. Cada sociedade, cada sistema político pode produzir um imaginário do governante que lhe seja

apropriado. À estruturação do poder absolutista francês no século XVII, por exemplo, adaptou-se com muita eficácia a imagem do Rei-Sol difundida por Luís XIV. Outrossim, a história nos oferece inúmeros imaginários régios: o rei taumaturgo, o rei-sábio, o rei santo, o rei encoberto, só para citar alguns.

Os horizontes abertos por uma busca da compreensão do imaginário político são, na verdade, inúmeros. Os modos como o poder é representado – por exemplo em termos de “centro” e de “periferia” – ou como a estratificação social se materializa em imagens como a de um espectro de alturas em que as classes sociais mais favorecidas são chamadas de “classes altas”... eis aqui algumas imagens sociais e políticas que podem passar a fazer parte da vida de uma sociedade. Imagens como essas tem se entranhado a tal ponto nos discursos políticos e nas representações que as sociedades modernas fazem de si mesmas que, não raro, os analistas políticos esquecem que temos aqui imagens espacializadas que são elas mesmas produtos de confrontos, de imposições silenciosas, de ideologias que se infiltram sutilmente nos discursos. Foi atento a questões como essas que Georges Duby, por exemplo, buscou recuperar o imaginário que estava por trás dos padrões de organização da sociedade feudal em *As Três Ordens ou o Imaginário do Feudalismo* (1971).

Um último exemplo pode mostrar que as imagens, as cosmovisões e os símbolos não remontam sempre e necessariamente a processos de formação mais longos e estabelecidos no plano das mentalidades de longa duração. Muitas vezes, todo um sistema de Imaginário pode ser produzido também por circunstâncias políticas, por necessidades sociais e até locais, por artimanhas da poesia e da literatura, por arquitetura política pensada ou intuída, ou pode mesmo ser ocasionado por grandes eventos que caem como raios na vida das sociedades. Durante o período Nazista na Alemanha do século XX, por exemplo, um riquíssimo Imaginário foi construído em umas poucas décadas em torno da suástica, da imagem do super-homem de raça pura, da simbologia do Reich e do papel do Führer no centro ou no topo desse imaginário político. Temos aqui um Imaginário que aflora repentinamente, mesmo que recolhendo materiais seculares, como as ideias pan-germanistas e as hostilizações antissemitas.

De qualquer modo, eis aqui um campo promissor para a História Política. Tal como o Discurso, a Imagem fez-se território de ação para o historiador que soube ultrapassar as tradicionais investigações que se restringiam a examinar os sistemas mais visíveis de dominação ou o aparato estatal e institucional mais óbvio. O Poder, tal como procuramos mostrar, também se exerce através dos Discursos e das Imagens. E as próprias imagens e os próprios discursos são, no fim das contas, territórios estratégicos pelos quais os homens lutam no estabelecimento de suas relações sociais e políticas.

5. CONCLUSÕES

A História Política, particularmente a partir da ampliação de seus objetos e da rediscussão do próprio conceito de Poder que a fundamenta, encontra-se hoje em particular efervescência. Alguns de seus pontos altos têm correspondido às suas imbricações com os estudos culturais, permitindo-se examinar aquilo que, nas décadas recentes, veio a conformar o conceito de Cultura Política, bem como ao empenho dos historiadores políticos em examinar mais atentamente as relações entre Imaginário e Poder e também as relações entre Discurso e Poder. O que se buscou desenvolver neste artigo foi apenas apontar alguns dos caminhos que têm estado em pauta no âmbito da História Política recente. Seguem, de todo modo, os estudos acerca do Poder em inúmeras outras esferas, inclusive os poderes institucionais que já eram de longa data examinados pela História Política mais tradicional. Não há como deixar de ressaltar, de todo modo, o particular dinamismo que se tem verificado nos estudos políticos a partir da exploração crescente de novos objetos, de novos enfoques direcionados para um maior enriquecimento da noção de “poder”, e de novas abordagens que têm permitido investigar, em maior profundidade, a interação entre Poder e Discurso.

6. REFERÊNCIAS

- ALMOND, G. e VERBA, S. *The civic culture*. Princeton: Princeton University Press, 1963.
- BAKHTIN, Mikhail. *Marxismo e filosofia da linguagem*. São Paulo: HUCITEC, 1981.
- BARROS, José D’Assunção. *O campo da História – Especialidades e Abordagens*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2004.
- BERSTEIN, Serge e RUDELLE, Odile. *Le modèle republicain*. Paris: PUF, 1992.
- BERSTEIN, Serge. “Cultura Política”. In: RIOUX, Jean-Pierre; SIRINELLI, Jean-François (Orgs.). *Para uma História Cultural*. Lisboa: Estampa, 1998 [original: Seuil, 1997].
- BLOCH, Marc. *Os reis taumaturgos*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.
- BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. São Paulo: Martins Fontes, 1987.
- BOURDIEU, Pierre; PASSERON. *A reprodução*. Elementos para uma Teoria do Sistema de Ensino. Lisboa: Vega, 1985.

- BURKE, Peter (org.). **A escrita da História: novas perspectivas**. São Paulo: UNESP, 1992.
- BURCKHARDT, Jacob. **O Renascimento italiano**. Lisboa: Presença, 1987.
- CARDOSO, Ciro Flamarion. **Narrativa, sentido e História**. São Paulo: Papirus, 1997.
- CASTORIADIS, Cornelius. **A instituição imaginária da sociedade**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.
- DUBY, Georges. **As três ordens ou o imaginário do feudalismo**. Lisboa: Edições 70, 1971.
- FOUCAULT, Michel. **A arqueologia do saber**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1972.
- . **A ordem do discurso**. São Paulo: Loyola, 1996.
- . **História da loucura**. São Paulo: Perspectiva, 1978.
- . *Surveiller et punir – naissance de la prison*. Paris: Gallimard, 1975. [**Vigiar e Punir** - história da violência nas prisões. Petrópolis: Vozes, 1977].
- . **O nascimento da clínica**. Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 1980.
- . **Eu, Pierre Rivière, que degolei minha mãe, minha irmã e meu irmão**. (1973). Rio de Janeiro: Graal, 1977.
- KANTOROWICZ. **Os dois corpos do rei**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.
- KUCHNIR, Karina; CARNEIRO, Leandro Piquet. “As Dimensões Subjetivas da Política”. **Estudos Históricos**, nº 24, p. 227 a 250, 1999.
- JENKINS, Keith. **A História Repensada**. São Paulo: Contexto, 2001.
- JULLIARD, Jacques. “A Política”. In: LE GOFF, Jacques; NORA, Pierre. **História: novas abordagens**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1988.
- LE GOFF, Jacques. “A Política: será ainda a ossatura da História?” In: —. **O maravilhoso e o cotidiano no Ocidente medieval**. Lisboa: Edições 70, 1975. p. 221-242.
- . **O nascimento do purgatório**. Lisboa: Edições 70, 1990.
- MICHELET, Jules. **O povo**. São Paulo: Martins Fontes, 1980.
- MICHELET, Jules. **A feiticeira**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1992.
- MICHELET, Jules. **A mulher**. São Paulo: Martins Fontes, 1995.
- REMOND, René. **Por uma História Política**. Rio de Janeiro: UFRJ / FGV, 1996.

RENNÓ, Lúcio. “Teoria da cultura política: vícios e virtudes”, **BIB**, nº 45, Rio de Janeiro: 1998, 1º semestre. p. 71-92.

SHARPE, Jim. “A História vista de Baixo”. In: BURKE, Peter (Org.). **A escrita da História** – novas perspectivas. São Paulo: UNESP, 1992.

SLANES, Robert. **Na senzala, uma flor**: esperanças e recordações da família escrava – Brasil, Sudeste, século XIX. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2000.

VERÓN, Eliseu. **A produção do sentido**. São Paulo: Verbo, 1982.

NOTAS

1 Doutor em História pela Universidade Federal Fluminense (UFF). Professor dos Cursos de Graduação e Mestrado em História da USS (Universidade Severino Sombra, Vassouras). Autor dos livros “O Campo da História” (Petrópolis: Vozes, 2004); “O Projeto de Pesquisa em História” (Petrópolis: Vozes, 2005); “Cidade e História” (Petrópolis: Vozes, 2007); e “A Construção Social da Cor” (Petrópolis: Vozes, 2009). E-mail: jose.assun@globo.com.

2 Em torno de questões mais amplas sobre *O Poder Simbólico*, ver BOURDIEU, 1987; mais especificamente acerca das relações entre Poder e Educação, ver BOURDIEU e PASSERON, 1985.

3 Apenas para dar um exemplo, entre tantos, destacamos os inúmeros estudos que surgiram mais recentemente sobre a resistência escrava no Brasil Colonial e que ressaltam outras formas de resistência que não apenas a rebelião ou a fuga com vistas à formação de quilombos. O olhar desses historiadores ampara-se na possibilidade de admitir que as relações entre opressão, dominação e exclusão nunca devem ser examinadas de maneira simplista. Nesse sentido, mesmo o escravo sendo juridicamente reduzido a uma mercadoria e constituir-se a violência tradicional em artifício declarado para a manutenção da ordem, a resistência do negro escravo teria extrapolado os limites das revoltas e insurreições contra o senhor e abarcado outras formas de resistência inseridas nas negociações que se davam na própria vida cotidiana, nas redes de solidariedade, no mundo da cultura, e assim por diante. Neste sentido, podemos dizer que a população escrava também exercia outras formas de contrapoderes para além da afronta direta ao poder instituído. Veja-se sobre a temática citada a obra de Robert Slenes, intitulada *Na Senzala, uma Flor: esperanças e recordações da família escrava - Brasil, Sudeste, século XIX* (Slenes, 2000).

4 Essa perspectiva foi desenvolvida e radicalizada por Keith Jenkins em um polêmico livro de 1991, intitulado *A História Repensada* (JENKINS, 2001).

5 É o caso da célebre obra organizada em 1973 por Foucault: *Eu, Pierre Rivière, que degolei minha mãe, minha irmã e meu irmão*. (Foucault, 1977). Obra que dá voz ao discurso de um parricida, e que desloca os ensaios interpretativos para as notas.

6 “[...] o discurso não é simplesmente aquilo que traduz as lutas ou os sistemas de dominação, mas aquilo por que, pelo que se luta, o poder do qual nos queremos apoderar” (FOUCAULT, 1996, p. 10).

Recebido em: 11/6/2009.

Aprovado para publicação em: 15/8/2009.